

Um pré-acordo para satisfazer os bancos norte-americanos

por Paulo Sotero
de Nova York



Fernão Bracher

Os representantes do governo brasileiro e dos bancos credores pareciam próximos de um entendimento sobre um formato para o encaminhamento de um reescalonamento do principal e de uma parte dos juros da dívida externa brasileira, no início da noite da última sexta-feira.

O objetivo imediato do arranjo, que foi patrocinado pelo governo norte-americano, era afastar a ameaça de reclassificação dos empréstimos que os bancos norte-americanos fizeram ao Brasil.

Trabalhando sob forte pressão de Washington, que na sexta-feira dava sinais de impaciência, indicando que as autoridades bancárias não esperariam além da segunda-feira para tomar uma decisão, os negociadores brasileiros e o comitê de bancos negociavam com o propósito de fazer um anúncio durante o fim de semana.

O entendimento que estava sendo buscado consiste, na verdade, em um pré-acordo, que prevê um depósito em conta especial de cerca de US\$ 4,5 bilhões, a ser feito até meados de dezembro, na proporção de um terço pelo Brasil e dois terços pelos bancos. O dinheiro servirá para financiar um levantamento gradual da moratória, com o pagamento dos juros vencidos de 1987, caso as duas partes cheguem a um acordo de reescalonamento da dívida até o dia 31 de dezembro.

Havia, contudo, entre os banqueiros, um forte ceticismo sobre o efeito prático desse pré-acordo, além de satisfazer Washington. De acordo com William R. Rhodes, o executivo do Citicorp que preside o comitê, no início da tarde da sexta-feira havia ainda três temas não resolvidos.

O que parecia de mais fácil solução, segundo o banqueiro, era a questão da ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional. Procurando obter um compromisso mais explícito do País em relação a um acordo com o Fundo e/ou outros organismos internacionais, os bancos propuseram ao governo brasileiro um texto com a linguagem que consideram adequada para estabelecer esse compromisso. Aparentemente, o texto continha referências ao Banco Mundial. Segundo uma bem situada fonte financeira, o chefe da delegação brasileira que negocia com os credores, Fernão Bracher, disse aos ban-

queiros que o País pretende iniciar conversações com o Fundo em novembro.

Segundo Rhodes, os dois temas mais difíceis, que ainda não estavam resolvidos na noite da sexta-feira, eram as mudanças na "cláusula de partilha", pedida pelo governo brasileiro para viabilizar a introdução de instrumentos de securitização de uma parte da dívida, no acordo de reescalonamento que deve ser negociado após o pré-acordo. "Os bancos têm dificuldades em dar um 'waiver' (isenção) da cláusula antes de saber, mais especificamente, para que e como o governo vai usá-lo. Sem isso, não dá para avaliar se a proposta será vendável no mercado, e isso prejudica tanto o Brasil quanto o comitê", afirmou Rhodes. Os bancos preferem, por isso, deixar este tema para ser discutido nas negociações propriamente ditas.

De acordo com o banqueiro, outro obstáculo, na sexta-feira, era a jurisdição do pré-acordo. Este é um problema que emerge a cada negociação entre o Brasil e seus credores, desde 1983. O foro jurídico dos acordos feitos com os bancos são os tribunais de Nova York. O governo brasileiro protesta, alegando que levanta questões graves, colocando em risco a constitucionalidade do acordo assinado com os bancos, mas, no final, usa o argumento como arma de barganha — ou simplesmente acaba voltando atrás, pois a jurisdição dos acordos nunca foi mudada.

Segundo outras fontes bancárias, há também dificuldades entre os credores para implementar o arranjo patrocinado pelo Fed. "Os bancos ingleses, com exceção do Lloyds, estão-se perguntando por que participariam desse depósito em conta especial se podem capitalizar os juros que o Brasil não lhes pagou em 1987", afirmou uma fonte de um banco britânico em Nova York.

"Os bancos europeus e japoneses não gostam da idéia da conta especial, pois acham que ela é uma fórmula para resolver um problema (a reclassificação por Washington) que é apenas dos bancos norte-americanos", reconheceu Rhodes, falando a este jornal. A idéia dos credores é arrebatar de 50 a 75 grandes bancos para fazer sua parte do depósito de US\$ 4,5 bilhões. A resistência dos europeus e japoneses é um claro sinal de que o pré-acordo que estava para ser anunciado no final da semana poderá não sair do papel. Reforçando esta impressão, há a conjuntura política brasileira, que, independentemente dos planos e das intenções das autoridades econômicas, parece complicar qualquer possibilidade de conversações substantivas, no futuro próximo, entre o Brasil, o FMI ou outra instituição internacional, com o Banco Mundial. "Este pré-acordo é mais uma coisa coreográfica do que de substância", disse um banqueiro, refletindo uma opinião amplamente compartilhada na comunidade financeira.